STJ00099513

84,13

Claudio Carneiro

Curso de Direito
TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

5ª edição
2ª tiragem
2014

100 ANOS
Saraiva

STJ00099513

Editora Saraiva

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SAC: 0800 011 7875
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia
Gerente editorial Thaís de Camargo Rodrigues
Editor Roberto Navarro
Assistente editorial Thiago Fraga
Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Ana Cristina Garcia
Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan
Adriana Maria Cláudia
Arte e diagramação Jessica Siqueira
Revisão de provas Amélia Kassis Ward
Denise Pisaneschi
Mair de Fátima Machado Costola
Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto
Surane Velenich
Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica Marli Rampim
Impressão EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda.
Acabamento EGB-Editora Gráfica Bernardi Ltda.

ISBN 978-85-02-22136-9

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carneiro, Claudio
Curso de direito tributário e financeiro / Claudio Carneiro. – 5. ed. – São Paulo : Saraiva, 2014.
1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil I. Título.
14-00742 CDU-34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Data de fechamento da edição: 15-4-2014

Dúvidas?
Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

072.278.005.002 964279

STJ00099513

Sumário

Apresentação 29
Nota à Segunda Edição 31
Nota à Terceira Edição 33
Nota à Quarta Edição 35
Nota à Quinta Edição 37
Prefácio 39

Capítulo 1 Direito Financeiro 41
1 Principais Aspectos sobre Finanças Públicas 41
1.1 A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro 43
1.2 Autonomia e Codificação do Direito Financeiro 46
1.3 Finalidades da Atividade Financeira 47
1.4 Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro 51
2 Principais Aspectos sobre a Receita Pública 54
2.1 Distinção entre Ingresso e Receita 54
2.2 Classificação das Receitas 54
2.2.1 Receitas Ordinárias e Extraordinárias 54
2.2.2 Receitas Originárias e Derivadas 55
2.2.3 Receita Corrente e de Capital 55
2.3 Estágios da Receita Pública 56
2.4 Renúncia de Receita 56
3 Principais Aspectos sobre a Despesa Pública 57
3.1 Classificação das Despesas Públicas 58
3.1.1 Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias 58
3.1.2 Despesas Ordinárias e Extraordinárias 59

STJ00099513

3.1.3 Despesas Correntes e Despesas de Capital 59
3.1.4 Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas 60
3.2 Processamento das Despesas Públicas 60
3.3 Precatórios Judiciais 61
3.3.1 Sentença e Fazenda Pública 62
3.3.2 Exceção ao Sistema do Precatório 63
3.3.3 Renúncia ao Valor Excedente 69
3.3.4 Noções sobre Repetição de Indébito e a Extinção da Tese dos 5+5 71
3.3.5 Repetição de Indébito de Tributo Indireto 74
3.3.6 A Repetição de Indébito e o Sistema do Precatório em Matéria Tributária 76
3.3.7 Precatório Complementar 81
4 Principais Aspectos sobre o Orçamento Público 81
4.1 Plano Plurianual 82
4.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias 83
4.3 Lei Orçamentária Anual 84
4.4 Evolução Constitucional 87
4.5 Tipos de Orçamento 89
4.6 Superávit e Déficit Financeiro 91
4.7 Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica 91
4.8 Controle de Constitucionalidade da Lei Orçamentária 93
4.9 Elementos do Orçamento 104
4.10 Princípios Orçamentários 105
4.10.1 Anualidade Orçamentária 105
4.10.2 Unidade 105
4.10.3 Universalidade 106
4.10.4 Legalidade 106
4.10.5 Publicidade Orçamentária 106
4.10.6 Proibição de Estorno 107
4.10.7 Equilíbrio Orçamentário-Financeiro 107
4.10.8 Clareza ou Transparência 108
4.10.9 Exclusividade 109
4.10.10 Não vinculação 109
4.10.11 Racionalidade 110
4.10.12 Continuidade 111
4.10.13 Aderência 111

4.10.14 Especificação ou Discriminação ou Especialização 111
4.10.15 Exatidão 111
4.10.16 Programação 112
4.10.17 Orçamento Bruto 112
4.11 Ciclo Orçamentário 113
4.12 Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais 114
4.12.1 Origem dos Tribunais de Contas 114
4.12.2 Controle Orçamentário e Fiscalização 114
4.12.3 Atribuições dos Tribunais de Contas 116
4.12.4 Efeitos das Decisões dos Tribunais de Contas 119
4.12.5 Vedações 122
4.12.6 Operações de Crédito por Antecipação de Receita 123
4.12.7 Garantia e Contragarantia 123
4.13 Créditos Orçamentários Adicionais 124
5 Principais Aspectos sobre o Crédito Público 126
5.1 Conceito e Natureza Jurídica 126
5.2 A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública 128
5.3 Classificação 130
5.3.1 Compulsório ou Voluntário 131
5.3.2 Perpétuo ou Temporário 132
5.3.3 Flutuante e Fundado 133
6 Responsabilidade Fiscal 133
6.1 Introdução 133
6.2 Objetivos 134
6.3 Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal 134
6.4 Destinatários da LRF 136
6.5 Limitação de Despesas 137
A. Com pessoal 137
B. Restrição de final de mandato 138
C. Despesas de caráter continuado 138
6.6 Reserva de Contingência 139
6.7 Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante 140
6.8 Sanções em Caso de Desrespeito à LRF 140
6.9 Restos a Pagar 141

STJ00099513

6.10 Relatório Resumido da Execução Orçamentária 141
6.11 Operações de Crédito 141
6.12 Limitação de Empenho 142
7 Repartição Tributária de Receitas 142
7.1 Classificação das Repartições Tributárias Constitucionais 144
7.1.1 Transferências Diretas 144
I – Da União para os Estados e Distrito Federal 144
II – Da União para os Municípios 146
III – Dos Estados para os Municípios 147
7.1.2 Transferências Indiretas 148

Capítulo 2 Fontes do Direito Tributário

2.1 Introdução 153
2.2 Conceito de Direito Tributário 154
2.3 Fontes do Direito Tributário 154
2.3.1 Distinção entre Lei e Legislação Tributária 155
2.3.2 Hierarquia entre Lei Federal, Estadual e Municipal 156
2.3.3 Norma Tributária em Sentido Estrito e em Sentido Amplo 157
2.3.4 Fontes Formais Principais 157
I – Constituição da República 157
II – Emendas Constitucionais 158
III – Lei Complementar 160
IV – Lei Ordinária 176
V – Medida Provisória 179
VI – Lei Delegada 188
VII – Decreto Legislativo 189
VIII – Resoluções 189
IX – Tratados Internacionais 191
X – Convênios 199
XI – Doutrina e Jurisprudência 204
XII – Decretos 206
2.3.5 Fontes Formais Secundárias 208

Capítulo 3 Hermenêutica do Direito Tributário

3.1 Legislação Tributária 213

3.2 Estrutura da Norma Tributária 214
3.3 Amplitude dos Institutos Vigência, Aplicação, Interpretação e Integração da Norma 215
3.4 Vigência da Legislação Tributária 218
3.4.1 Vigência da Lei no Tempo 218
3.4.2 Vigência da Lei no Espaço 222
3.4.3 Vigência da Lei Brasileira no Exterior 223
3.5 Tributação Internacional 224
3.6 Aplicação da Legislação Tributária 224
3.7 Interpretação da Legislação Tributária 233
3.7.1 Diferença entre Interpretação, Integração e Correção 233
3.7.2 Métodos de Interpretação 234
3.7.3 Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – Arts. 109 e 110 do CTN 241
3.8 Integração da Legislação Tributária 248

Capítulo 4 Tributos em Espécie 255

4.1 Noções Gerais 255
4.2 Comentários ao Art. 3º do CTN 255
4.3 Classificação dos Tributos 261
4.3.1 Vinculado e não Vinculado 261
4.3.2 Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais 262
4.3.3 Federais, Estaduais e Municipais 264
4.4 Espécies de Tributos 265
4.4.1 Imposto 267
4.4.1.1 Inconstitucionalidade por Arrastamento 269
4.4.1.2 Classificação dos Impostos 271
I – Diretos ou Indiretos 271
II – Pessoal ou Real 273
III – Progressivos, Regressivos, Fixos e Proporcionais 275
IV – Ordinário e Extraordinário 277
V – Principal e Adicional 278
VI – Monofásico e Plurifásico 278
VII – Não Cumulativo e Cumulativo 278
VIII – Quanto à Base Econômica de Incidência 279

4.4.2 Taxas 279
4.4.2.1 Noções Gerais 279
4.4.2.2 Competência para a Instituição das Taxas 280
4.4.2.3 Distinção quanto à Base de Cálculo dos Impostos e Taxas 280
4.4.2.4 Modalidade de Lançamento das Taxas 282
4.4.2.5 Finalidade das Taxas e a Justiça Retributiva 282
4.4.2.6 Fato Gerador das Taxas 283
I – Em Relação ao Serviço Público 283
A. A Caracterização do Serviço Público Essencial 283
B. Serviço Específico e Divisível 284
C. Efetivo ou Potencial 285
II – Poder de Polícia 286
A. Custas e Emolumentos 296
B. Serventias Extrajudiciais e Atividade Notarial 297
C. Coleta de Lixo 298
D. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental 299
E. Telefonia e TV a Cabo 300
F. Selo de Controle de IPI 300
G. Taxas de Matrículas em Universidades Públicas 301
H. Serviços dos Correios 302
I. Segurança Pública 304
J. Iluminação Pública 304
K. Pavimentação Asfáltica 304
L. Taxa de Conservação de Vias Públicas 304
M. Taxa de Fiscalização de Anúncios e Taxa de Controle de Serviços Públicos Delegados 304
N. Taxa de Utilização de Subsolo para Transporte Ferroviário 305
4.4.3 Contribuição de Melhoria 305
4.4.3.1 Origem Histórica 305
4.4.3.2 Competência para a Instituição da Contribuição de Melhoria 306
4.4.3.3 Sujeito Passivo 307
4.4.3.4 Fato Gerador 310
4.4.3.5 Base de Cálculo e Limites 312
4.4.3.6 Requisitos Mínimos 314
4.4.3.7 Finalidade da Contribuição de Melhoria e a Justiça Retributiva 317

STJ00099513

4.4.3.8 Contribuição de Melhoria e Reserva Legal 318
4.4.3.9 Contribuição de Melhoria: Imunidade e Isenção 318
4.4.4 Empréstimos Compulsórios 319
4.4.4.1 Noções Gerais 319
4.4.4.2 Empréstimo Compulsório e Reserva de Lei Complementar 319
4.4.4.3 Causas de Legitimação *Mediata* e *Imediata* do Empréstimo Compulsório e Fato Gerador 320
4.4.4.4 Sujeito Passivo 324
4.4.4.5 Discussão quanto à Natureza Jurídica 324
4.4.4.6 Âmbito de Incidência – Territorialidade 326
4.4.4.7 Restituição do Empréstimo Compulsório 326
4.4.5 Contribuições Especiais 326
4.4.5.1 Técnicas de Validação das Contribuições Especiais 330
4.4.5.2 Parafiscalidade e Extrafiscalidade nas Contribuições 331
4.4.5.3 Finalidades das Contribuições 332
4.4.5.4 A Referibilidade das Contribuições 332
4.4.5.5 O Fato Gerador das Contribuições 333
4.4.5.6 Competência para Instituição das Contribuições 334
4.4.5.7 Competência dos Estados para Instituir Contribuições Sociais 335
4.4.5.8 Espécies de Contribuições 336
I – Contribuições para as Categorias Profissionais ou Econômicas (Corporativas) 337
II – Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico 341
III – Contribuição de Iluminação Pública – Art. 149-A da CRFB 343
IV – Contribuições Sociais (em sentido estrito) 344

Capítulo 5 Sistema Tributário Nacional 361

5.1 Sistema Tributário Nacional 361
A. Racional ou Histórico 365
B. Rígido ou Flexível 365
C. Aberto ou Fechado 366
D. Objetivo ou Científico 366
5.2 Evolução Constitucional 366
5.3 Globalização 371
5.4 Reforma Tributária 372
5.5 Direitos Humanos e Tributação 375

Capítulo 6 Competência Tributária 379
6.1 Conceito 379
6.2 O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever 380
6.3 A Expressão Competência Legislativa Plena 382
6.4 Repartição de Receita e Competência 383
6.5 Competência Positiva e Competência Negativa 386
6.6 Competência e Emenda Constitucional 386
6.7 Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente 387
6.8 Reserva de Competência e Benefício Fiscal 390
6.9 Competência e Capacidade Tributária 390
6.10 Princípios Inerentes à Competência Tributária 393
6.11 Classificação da Competência Tributária 394

Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar 399
7.1 Introdução 399
7.2 Limites ou Limitações 400
7.3 Natureza Jurídica 400
7.4 Imunidades e Princípios 401
7.5 Aspectos da não Incidência Tributária 404
7.5.1 Isenção 405
7.5.2 Alíquota Zero 405
7.5.3 Imunidades 406
7.5.4 Diferimento 407
7.6 Principais Aspectos sobre as Imunidades 408
7.6.1 Histórico 409
7.6.2 Classificação das Imunidades 411
7.6.2.1 Subjetivas e Objetivas 411
7.6.2.2 Expressas e Implícitas 411
7.6.2.3 Incondicionais e Condicionais 412
7.6.2.4 Genéricas e Específicas 412
7.6.2.5 Imunidade e Isenção 413
7.6.3 Análise das Imunidades Genéricas 414
7.6.3.1 Imunidade Recíproca (CF, art. 150, VI, "a") 414
7.6.3.1.1 Alcance Tributário da Imunidade Recíproca 416
7.6.3.1.2 Posição do Ente Federativo enquanto Contribuinte de Fato e de Direito 417

7.6.3.1.3 Imunidade e Locação 418
7.6.3.1.4 Autarquia, Fundação, Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. 419
I – IPTU: Imunidade Tributária Recíproca e Cessão de Uso de Bem Público 423
II – Imunidade Tributária Recíproca: Sociedade de Economia Mista e Serviços de Saúde 425
7.6.3.1.5 Serviços Notariais 428
7.6.3.1.6 Taxa Judiciária e Custas Processuais 429
7.6.3.1.7 Outros Julgados Importantes sobre o Tema 431
7.6.3.2 Imunidade dos Templos de Qualquer Culto 433
7.6.3.3 Imunidade dos Partidos Políticos, Entidades Sindicais dos Trabalhadores, Instituições de Educação e Assistência Social 442
7.6.3.3.1 Imunidade Tributária e Atividades de Lazer 447
7.6.3.3.2 Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e Gratuidade 447
7.6.3.3.3 Imunidade Tributária e Entidade Beneficente 448
7.6.3.3.4 Imunidade das Entidades Fechadas de Previdência Social Privada 449
7.6.3.4 Imunidade dos Livros, Jornais e Periódicos e o Papel Destinado à sua Impressão 450
7.6.3.5 Imunidade dos Fonogramas e Videofonogramas Musicais 454
7.6.4 Princípios Constitucionais Tributários 454
7.6.4.1. Princípios Relacionados ao Valor Segurança Jurídica 455
a) Princípio da Legalidade Tributária 455
a.1) Princípio da Legalidade, da Tipicidade, da Reserva Legal, do Primado da Lei e da Superlegalidade 456
a.2) Legalidade e Medida Provisória 459
a.3) Legalidade: Obrigação Principal e Acessória 460
a.4) Exceções à Exigência de Lei Formal 460
a.4.1) Art. 153, § 1º, da CRFB 460
a.4.2) Art. 177, § 4º, I, "b", da CRFB 461
a.4.3) Art. 97, § 2º, do CTN 461
a.4.4) Art. 155, § 2º, XII, "g", da CRFB quanto ao Convênio do ICMS 461
a.4.5) Art. 155, § 4º, IV, "c", da CRFB 462
a.5) Legalidade e Prazo para Pagamento de Tributo 462
b) Princípio da Anterioridade Tributária 463
b.1) Conceito e Características 463
b.2) Distinção entre Anterioridade Tributária × Anualidade Tributária × Anualidade Orçamentária 466
c) Princípio da Irretroatividade Tributária 467

c.1) Irretroatividade e Imposto de Renda – Análise da Súmula 584 do STF 469
c.2) Irretroatividade e Nova Interpretação da Lei 471
7.6.4.2 Princípios Relacionados ao Valor Justiça da Tributação 471
a) Princípio da Isonomia ou Igualdade Tributária 471
a.1) Destinatário do Princípio da Isonomia 473
a.1.1) I – proibição de privilégios odiosos, do latim *privilegium odiosum* 473
a.1.2) II – proibição de discriminação fiscal 474
a.2) Privilégios Odiosos e a Inconstitucionalidade Imperfeita 475
a.3) O Princípio do *Non Olet* e a Isonomia 477
b) Capacidade Contributiva 477
b.1) Capacidade Econômica 478
b.2) Natureza Jurídica da Capacidade Contributiva 478
b.3) Comentários sobre o Art. 145 do CTN 479
b.4) Subprincípios da Capacidade Contributiva 482
b.4.1) Progressividade 482
b.4.2) Proporcionalidade 486
b.4.3) Seletividade 486
b.4.4) Personalização 486
b.4.5) Universalização 487
c) Princípio do não Confisco 487
c.1) Confronto entre Confisco e Multa 489
d) Dignidade da Pessoa Humana 489
7.6.4.3 Princípios Relacionados ao Valor Liberdade Jurídica 492
a) Princípio da não Limitação ao Tráfego 492
b) Princípio da Vedação da Diferença Tributária em Razão da Procedência ou Destino 492
c) Princípio da Transparência Fiscal 494
7.6.4.4 Outros Princípios Tributários 494
a) Não Cumulatividade 494
b) Não Intervenção nos Tributos dos Estados e dos Municípios 497
c) Generalidade e Universalidade 497
d) Não Tributação mais Onerosa sobre a Renda 498
e) Autonomia dos Entes Federativos 498
f) Neutralidade Tributária 498
7.6.4.5 Princípios Tributários Implícitos 499

STJ00099513

Capítulo 8 Obrigação Tributária 501
8.1 Breves Considerações 501
8.2 Fato Gerador 502
8.2.1 Nomenclatura 503
8.2.2 Classificação do Fato Gerador 507
8.2.2.1 Simples e Complexo 507
8.2.2.2 Instantâneo e Complexivo 508
8.2.2.3 Condicional e Incondicional 509
8.2.2.4 Causal e Formal 510
8.2.2.5 Típico e Complementar 511
8.2.2.6 Genérico e Específico 511
8.2.3 Elementos do Fato Gerador Integral 511
8.3 Relação Jurídica Tributária 513
8.3.1 Natureza Jurídica da Relação Jurídico-Tributária 514
8.4 Tributo e Penalidade 515
8.5 Obrigação Tributária 517
8.5.1 Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário 517
8.5.2 Espécies 520
8.5.2.1 Obrigação Principal 520
8.5.2.2 Obrigação Acessória 521
8.5.3 Diferença entre Obrigação e Responsabilidade 521
8.6 Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal 523
8.6.1 Elisão Fiscal 523
8.6.2 Evasão Fiscal 523
8.6.3 Elusão Fiscal 523
8.6.3.1 Abuso de Forma × Simulação × Abuso do Direito 524
8.6.3.2 Norma Antielisiva 525
8.7 Solidariedade Tributária 527
8.7.1 Benefício de Ordem 529
8.7.2 Efeitos da Solidariedade 529
8.8 Capacidade Tributária Passiva 531
8.9 Domicílio Tributário 532

Capítulo 9 Responsabilidade Tributária 537
9.1 Persecução Tributária 537

9.2 Finalidades da Responsabilidade Tributária 538
9.3 Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária 538
9.3.1 Sujeito Ativo 539
9.3.1.1 Sujeito Ativo Direto 539
9.3.1.2 Sujeito Ativo Indireto 540
9.3.2 Sujeito Passivo 540
9.4 Responsabilidade Tributária 543
9.4.1 Responsabilidade por Substituição 544
9.4.1.1 Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção 545
9.4.1.2 Modalidades de Substituição 546
A. Substituição Tributária para Trás 546
B. Substituição Tributária Para Frente 550
b.1) Substituição para Frente x Pagamento Antecipado 552
b.2) Análise da Constitucionalidade da Substituição para Frente 552
b.3) Repetição de Indébito na Substituição Tributária para Frente 553
b.4) Repetição de Indébito de Tributo Indireto 556
b.5) Retenção na Fonte 556
b.6) Súmulas sobre o Tema 559
9.4.2 Responsabilidade por Transferência 559
9.4.2.1 Distinção entre Substituição e Transferência 560
9.4.2.2 Modalidades de Responsabilidade por Transferência 561
A. Responsabilidade por Imputação Legal ou de Terceiros 561
a.1) Análise do Art. 134 do CTN 562
a.2) Impossibilidade de Exigência do Cumprimento da Obrigação Tributária Principal por Parte do Contribuinte 567
a.3) Vínculo entre o Comportamento do Responsável e o Fato Gerador 568
a.4) Responsabilidade do Sócio que se Retirou da Sociedade 569
a.5) Análise do Art.135 do CTN 571
a.6) Responsabilidade Pessoal: Objetiva × Subjetiva 571
a.7) Aspectos do Direito Empresarial 573
a.8) Sociedades Uniprofissionais 573
a.9) Natureza Jurídica da Responsabilidade do Art. 135 do CTN 580
a.10) Obrigatoriedade do Nome do Responsável na CDA 580
a.11) Comentários à Expressão "Infração à Lei" 583
a.12) Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada – EIRELI 588
a.13) Resumo 589

I – Da Sociedade 589
II – Do Sócio-Gerente, Diretor ou Administrador ou Equivalente. 589
III – Dos Demais Sócios que não Exercem a Administração da Sociedade 595
B. Responsabilidade por Infração 600
b.1) Análise do Art. 136 do CTN. 600
b.2) Análise do Art. 137 do CTN. 601
b.3) Análise do Art. 138 do CTN. 603
b.3.1) Denúncia Espontânea 603
b.3.2) Denúncia Espontânea e Obrigação Acessória 604
b.3.3) Denúncia Espontânea e Parcelamento 605
b.3.4) Denúncia Espontânea e Lançamento por Homologação 607
C. Responsabilidade por Sucessão 608
c.1) Sucessão Genérica e Específica 608
c.2) Classificação 609
c.2.1) *Inter Vivos* 609
c.2.1.1) Bens Imóveis 609
c.2.1.2) De Bens Móveis. 611
c.2.2) Sucessão *Mortis Causa* 612
c.2.3) Sucessão Empresarial. 614
c.2.3.1) Análise do Art. 132 do CTN 614
I – Fusão. 614
II – Incorporação 614
III – Transformação 615
IV – Cisão 615
c.2.3.2) Análise do Art. 133 do CTN 617
I – Se o Adquirente Não Explora a Mesma Atividade do Alienante 617
II – Se o Adquirente Explora a Mesma Atividade do Alienante 619
c.2.3.3) Alterações da Lei Complementar 118/2005 621
c.2.3.4) A Aplicação das Multas no Caso da Sucessão 623
c.2.3.5) Multa "Punitiva", Isolada ou de Ofício. 623
c.2.3.6) Multa Moratória 624
c.2.3.7) Juros de Mora. 624
9.5 Algumas Súmulas Importantes sobre o Capítulo 625
Capítulo 10 Crédito Tributário 627

10.1 Teoria Dualista 627
10.2 Lançamento 628
10.2.1 Conceito 628
10.2.2 Competência para Efetuar o Lançamento 631
10.2.3 Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação Aplicável ao Lançamento 632
10.2.4 Características e Funções do Lançamento 635
10.2.5 Lançamento e Utilização de Câmbio 636
10.2.6 A Revisão do Lançamento e Princípios Inerentes 636
I – Princípio da Inalterabilidade 636
II – Princípio da Irrevisibilidade 639
III – Princípio da Irretroatividade 642
10.2.7 Efeitos do Lançamento 644
10.2.8 Modalidades de Lançamento 644
A. Lançamento Direto ou de Ofício 644
B. Lançamento por Declaração ou Misto 647
C. Lançamento por Homologação 650
D. Lançamento por Arbitramento 654
10.3 Crédito Tributário 656
10.3.1 Conceito 656
10.3.2 Espécies de Créditos 657
10.4 Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário 661
10.4.1 Introdução 661
10.4.2 Efeitos da Suspensão da Exigibilidade 662
10.4.3 Alcance da Expressão "Suspensão da Exigibilidade do Crédito" 662
10.4.4 Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento 663
10.4.5 Taxatividade do Art. 151 do CTN 665
10.4.6 Modalidades 666
10.4.6.1 Moratória 666
10.4.6.1.1 Espécies de Moratória 667
10.4.6.1.2 Moratória e Direito Adquirido 669
10.4.6.1.3 Requisitos e Condições 670
10.4.6.1.4 Alcance da Moratória 672
10.4.6.1.5 Moratória × Parcelamento 672
10.4.6.2 Depósito do Montante Integral 673

10.4.6.2.1 Depósito e Conversão em Renda 677
10.4.6.2.2 Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento 679
10.4.6.2.3 Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal 680
10.4.6.3 Reclamações e Recursos Administrativos 682
10.4.6.3.1 Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente 684
10.4.6.3.2 Competência para Regulamentação de Normas sobre o PAF 686
10.4.6.3.3 Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo 687
10.4.6.4 Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança 690
10.4.6.4.1 A Discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a Lei em Tese 692
10.4.6.4.2 Efeitos da Cassação da Liminar 695
10.4.6.5 Concessão de Tutela Antecipada em Outras Ações Judiciais 696
10.4.6.5.1 Antecipação de Tutela contra o Poder Público 697
10.4.6.5.2 A Exigência de Caução ou Depósito para a Concessão da Tutela Antecipada 700
10.4.6.5.3 Oferecimento de Bens em Caução e Suspensão da Exigibilidade 703
10.4.6.5.4 Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação 704
10.4.6.5.5 Comentários ao Art. 170-A do Código Tributário Nacional 705
10.4.6.6 Parcelamento 707
10.4.6.6.1 Parcelamento e Denúncia Espontânea 710
10.5 Modalidades de Extinção do Crédito Tributário 713
10.5.1 Pagamento 715
10.5.2 Compensação 722
10.5.3 Transação 728
10.5.4 Remissão 729
10.5.5 Prescrição e Decadência 731
A. Decadência 733
B. Prescrição 739
I – pelo despacho do juiz que ordenar a citação 740
II – pelo protesto judicial 741
III – por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor 741
IV – por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor 741
10.5.6 Conversão do Depósito em Renda 745
10.5.7 Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento 747

10.5.8 Consignação em Pagamento 748
10.5.9 Decisão Administrativa Irreformável 753
10.5.10 Decisão Judicial Passada em Julgado 755
10.5.11 Dação em Pagamento de Bens Imóveis 755
10.6 Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário 756
10.6.1 Anistia 757
10.6.1.1 Não Cabimento da Anistia 758
10.6.1.2 Classificação 759
10.6.1.3 Anistia e Direito Adquirido 759
10.6.1.4 Distinção entre Remissão e Anistia 760
10.6.2 Isenção 761
10.6.2.1 Natureza Jurídica 762
10.6.2.2 Previsão em Lei 762
10.6.2.3 Tributos que Alcança 763
10.6.2.4 Classificação das Isenções 764
10.6.2.5 Revogação da Isenção 766
10.6.2.6 Isenção e Obrigações Acessórias 767
10.6.2.7 Ministério Público e Legitimação para Questionar Benefícios Fiscais 768

Capítulo 11 Garantias e Privilégios do Crédito Tributário

11.1 Breves Considerações 771
11.2 Garantias X Privilégios 772
11.3 Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade 773
11.3.1 Penhora 775
11.3.2 Bem de Família e a Regra da Impenhorabilidade 776
11.3.3 A Ordem da Penhora Estabelecida no Art. 11 da LEF 777
11.3.4 Penhora de Títulos da Dívida Pública 778
11.3.5 Da Importância da Intimação da Penhora 779
11.3.6 Modificação do CPC e o Efeito Suspensivo dos Embargos 780
11.3.7 Hipótese em que o Executado não For Localizado 783
11.3.8 Intimação do Cônjuge se a Penhora Recair sobre Bens Imóveis 784
11.3.9 Avaliação dos Bens e a Respectiva Impugnação 785
11.4 Presunção de Fraude 785
11.4.1 Momento de Caracterização da Presunção de Fraude 785
11.4.2 Presunção Relativa X Presunção Absoluta 786

STJ00099513

11.4.3 Fraude contra Credores x Fraude à Execução 786
11.5 Penhora *On-Line* 787
11.6 Análise do Art. 186 do CTN 791
11.6.1 Multas 793
11.6.2 Cessão de Créditos 794
11.7 Concurso de Preferências 794
11.7.1 Constitucionalidade do Art. 187 do CTN 795
11.7.2 Execução Fiscal e Falência 797
11.7.3 Interesse da Fazenda Pública para Requerer a Falência do Devedor 798
11.8 Crédito Extraconcursal 799
11.9 Preferências dos Arts. 189 e 190 do CTN 800
11.9.1 Art. 189 do CTN 800
11.9.2 Art. 190 do CTN 800
11.10 Exigência da Prova de Quitação de Tributos 801
11.10.1 Para Extinção das Obrigações do Falido 801
11.10.2 Para a Concessão da Recuperação Judicial 802
11.10.3 Para Julgamento de Partilha ou Adjudicação 803
11.11 Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público 804

12 Administração Tributária: Fiscalização, Dívida Ativa e Certidão ---- 807
12.1 Conceito 807
12.2 A Administração e o Princípio da Legalidade 808
12.3 Fiscalização 810
12.3.1 Sigilo Comercial 811
12.3.2 Dever de Informar e Sigilo Profissional 814
12.3.3 Sigilo Fiscal 815
12.3.3.1 Descabimento de Prova Emprestada 818
12.3.4 Sigilo Bancário 818
12.3.4.1 Histórico do Sigilo Bancário no Brasil 819
12.3.4.2 O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial 824
12.3.5 Auxílio da Força Policial 825
12.3.6 Responsabilidade Pessoal do Agente Público 826
12.4 Dívida Ativa 826
12.4.1 Conceito 826
12.4.2 Créditos Tributários e não tributários 827

STJ00099513

12.4.3 A Inscrição em Dívida Ativa 828
12.4.3.1 Definição 828
12.4.3.2 Termo de Inscrição 829
12.4.3.3 Análise da Expressão "Regular Inscrição" 832
12.4.3.4 Presunção Relativa 833
12.4.4 Protesto da Certidão de Dívida Ativa 835
12.5 Suspensão da Prescrição 837
12.6 Certidão de Débito Fiscal 838
12.6.1 Efeitos da Certidão 839
12.6.2 Dispensa da Certidão 840
12.6.3 Certidão Expedida com Dolo ou Fraude 841
12.7 Substituição da CDA 841

Referências Bibliográficas 845